



PARECER PRÉVIO Nº 5/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11440/2017.

Apensos: Processo nº 14940/2016, 12899/2017 e 14798/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Amaturá

4- Exercício: 2016

5- Responsável: João Braga Dias (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4144/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Amaturá. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação das Contas do Sr. João Braga Dias, Prefeito do Município de Amaturá referente ao exercício financeiro de 2016**, nos termos do artigo 31, §§1º e 2º, da CF/88, combinado com o artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/1991, com o artigo 1º, inciso I, e com o artigo 29, ambos da LOTCE/AM, e com o artigo 3º, inciso I, da Resolução TCE/AM nº 09/1997, tendo em vista que o referido gestor, à época, atendeu com regularidade aos seguintes elementos: **(i)** gastos mínimos com educação; **(ii)** gastos mínimos com saúde; **(iii)** limite máximo de despesa total com pessoal; **(iv)** nível de endividamento do ente; **(v)** cumprimento, nos limites da lei, do orçamento, notadamente a respeito da abertura de créditos adicionais; e **(vi)** transparência na gestão fiscal.



PARECER PRÉVIO Nº 5/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Abril de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 5/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11440/2017.

Apensos: Processo nº 14940/2016, 12899/2017 e 14798/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Amaturá

4- Exercício: 2016

5- Responsável: João Braga Dias (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4144/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Amaturá. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular as Contas de Gestão do Sr. **João Braga Dias**, referente ao Mandato de Prefeito no exercício financeiro de 2016, nos termos do disposto no artigo 8º da Resolução TCE nº 11/2016 c/c 18 da Lei Complementar nº 06/91, c/c artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, e §2º, da LOTCE/AM c/c o artigo 188, inciso II; §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão de das impropriedades utilizadas como pressuposto para aplicação da multa do item 10.2;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. **João Braga Dias** no valor de **R\$ 40.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 54, inciso VI, da LOTCE/AM, em razão das impropriedades consideradas não sanadas no relatório-voto, quais sejam: **(i)** atraso no envio do RREO referente ao sexto bimestre de 2016; **(ii)** atraso no envio do RGF referente ao segundo semestre de 2016; **(iii)** ausência de informações referentes à Transparência; **(iv)** Contas anuais não disponibilizadas para a sociedade; **(v)** Controle Interno ineficiente; **(vi)** ausência de fiscais de contratos e prepostos nas obras ou



ACÓRDÃO Nº 5/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

serviços prestados por terceiros à Prefeitura; **(vii)** sistemas de controle patrimonial e de almoxarifado inadequados; **(viii)** pagamentos para os profissionais do magistério público da educação básica abaixo do piso salarial nacional; **(ix)** ausência de publicação resumida das cartas-contratos na imprensa oficial em relação aos Convites 001/2016 e 002/2016, bem como: ausência de acompanhamento e fiscalização da execução contratual; ausência de prova de regularidade junto ao INSS; ausência de formalização de processo administrativo devidamente autuado, protocolado, numerado; **(x)** ausência de caracterização da situação emergencial ou calamitosa justificadora das dispensas de licitação nº 001, 002, 003, 014, 015, 016 e 017 de 2016, bem como: ausência da razão de escolha do fornecedor ou executante; ausência da justificativa do preço; ausência da publicação resumida sobre o instrumento de contrato; ausência da documentação exigida para habilitação; ausência de publicação resumida dos instrumentos de contrato; ausência de formalização de processo administrativo devidamente autuado, protocolado, numerado; ausência de acompanhamento e fiscalização da execução contratual; ausência de demonstrativo de não utilização de trabalho infantil; **(xi)** ausência de aviso contendo o resumo do edital publicado conforme a legislação em relação aos pregões presenciais nº 009, 014, 017, 019 e 020 de 2016, bem como: ausência de pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a realização do Processo Licitatório; ausência de recolhimento de taxas ou emolumentos referentes a fornecimento de edital; ausência da prova de regularidade junto ao INSS; ausência de formalização de processo administrativo; ausência, no termo de contrato, de cláusulas indicativas do crédito pelo qual deva ocorrer a despesa; ausência da publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial; ausência de acompanhamento e fiscalização da execução contratual; utilização de certidões de regularidade vencidas por ocasião da assinatura dos contratos; ausência de declaração do cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (proibição de trabalho infantil) conforme determina o art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/1993; ausência de parecer técnico jurídico referente à formalização de cartas contratos; **(xii)** Tomadas de Preços 005 de 2015 e 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011 e 012 de 2016 e seus respectivos contratos: ausência de adoção de arquivamento em separado e de forma individualizada da “Pasta da Obra” para as obras ou serviços de engenharia; ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos responsáveis técnicos pela elaboração do projeto básico e/ou orçamento; ausência de boletins de medição aprovados pela fiscalização e de registros fotográficos da obra/serviço; ausência de laudos de vistorias emitidos pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização das obras/serviços; ausência de



ACÓRDÃO Nº 5/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 5/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

notas fiscais emitidas pela contratada; ausência de termos de recebimentos provisórios; ausência de ART's dos responsáveis técnicos pela execução e fiscalização das obras/serviços de engenharia perante o CREA; **(xiii)** não-disponibilização à Comissão de Transição de Governo dos documentos de que trata o artigo 2º da Resolução TCE/AM nº 11/2016.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Dar ciência da decisão ao Ministério Público do Estado do Amazonas**, encaminhando-lhe cópia da Proposta de Voto, para providências que entender cabíveis;
- 10.4. Dar ciência da decisão ao Senhor João Braga Dias;**
- 10.5. Dar ciência da decisão à Prefeitura Municipal de Amaturá.**

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Abril de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral